

SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ/PR

SOCIAL WORK AND THE HOMELESS POPULATION: A STUDY FROM VALE DO IVAÍ/PR REGION

Douglas Marques¹

Ticiania de Souza Oliveira²

Resumo: Este artigo busca analisar os processos de trabalho das assistentes sociais atuantes nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Vale do Ivaí, e a materialização do Projeto Ético-Político profissional no atendimento à população em situação de rua. O estudo se deu com base em metodologia qualitativa, com coleta de dados por meio da aplicação de questionário a oito assistentes sociais, atuantes nos CREAS de municípios do Vale do Ivaí. Os resultados da pesquisa possibilitaram a identificação das principais características da população em situação de rua no território e demonstraram o empenho profissional na busca da garantia dos direitos dessa população, em consonância ao Projeto Ético-Político profissional. Somado a estes aspectos, o estudo contribuiu com a expansão da discussão em relação à temática da população em situação de rua, presente nos municípios do Vale do Ivaí.

Palavras-chave: População em situação de rua. Processos de trabalho do Serviço Social. Projeto Ético-Político. Região do Vale do Ivaí.

Abstract: This article seeks to analyze the work processes of social workers acting in the Specialized Reference Centers for Social Assistance (CREAS) of Vale do Ivaí, Brazil, and the materialization of the professional Ethical-Political Project in the care of the homeless population. The study was based on a qualitative methodology, with data collection through the application of a questionnaire to eight social workers, working in CREAS in municipalities of the Vale do Ivaí. The research results enabled the identification of the main characteristics of the homeless population in the territory and demonstrated the professional commitment in the pursuit of ensuring the rights of this population, in line

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Especialização no Pensamento Marxista pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Mestrado e Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro dos grupos de pesquisa Metropolização e Desenvolvimento Regional (Feevale) e Serviço Social, Direitos Humanos e Políticas Públicas (UEM). ORCID: 0000-0001-9679-7584. E-mail: douglas.sersocial@gmail.com.

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do grupo de pesquisa Lutas Sociais e Processos de Resistência frente as Contrarreformas na Política de Saúde na Região Paranaense do Vale do Ivaí (UEM). ORCID: 0000-0003-2881-6602. E-mail: ticianasouza_013@hotmail.com.

Artigo submetido em: 17 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 19 de julho de 2022.

p. 265-289, DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202232>



with the Professional Ethical and Political Project. Added to these aspects, the study contributed to the expansion of the discussion regarding the theme of the homeless population, present in the municipalities of Vale do Ivaí.

Keywords: Homeless people. Work processes of Social Work. Ethical-Political Project. Vale do Ivaí Paraná State.

INTRODUÇÃO

Observada a incipiência de dados referentes a população em situação de rua em municípios de pequeno porte, constata-se, de uma maneira geral no Brasil, que as pesquisas e a literatura especializada no tema, têm se voltado para o contexto dos municípios de grande porte ou metrópoles (IPEA, 2020).

Somado a escassez de informações referentes ao fenômeno da população em situação de rua na região do Vale do Ivaí, no Paraná, a qual é majoritariamente formada por municípios de pequeno porte I e II³, constata-se que desde a implantação do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no ano de 2010, até o ano de 2019, não foram realizados estudos relacionados a temática da população em situação de rua. Desta forma, o presente artigo traz como pano de fundo ao tema do Projeto Ético-político do Serviço Social e a população em situação de rua, o próprio papel da Universidade, na medida em que, por meio de nossa experiência, podemos constatar uma invisibilidade desta temática, fragilizando assim, a formação acadêmica dos/as estudantes, em especial do Serviço Social, na medida em que este debate pouco está incorporado em tal espaço de formação. Diante desta problemática, fomos provocados a analisar como se materializa o Projeto Ético-Político profissional do/a assistente social em seus processos de trabalho no atendimento à população em situação de rua nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) dos municípios de pequeno porte I e II, na Região do Vale do Ivaí.

Dessa forma, nosso artigo centra-se em três principais abordagens: 1) Análise dos principais valores e posicionamentos éticos, os quais compõem o Projeto Ético-Político do

³ De acordo com o documento de orientações técnicas do CREAS, considera-se como um dos aspectos relevantes para a instalação dos serviços de proteção social o porte populacional dos municípios, sendo classificados como de pequeno porte I os municípios com população total até 20.000 habitantes, e pequeno porte II, os municípios com população total de 20.001 a 50.000 habitantes.

Serviço Social; 2) Análise dos processos de trabalho dos/as assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais dos CREAS da Região do Vale do Ivaí e a sua relação com o referido projeto profissional; 3) Análise do perfil e as principais características da população em situação de rua.

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória (GIL, 2002) e, somado a pesquisa bibliográfica, utilizou-se de pesquisa empírica, a qual foi realizada no âmbito do CREAS, tendo como participantes oito assistentes sociais de sete instituições⁴ pertencentes a municípios da Região do Vale do Ivaí, por meio de questionário *on line*, aplicado via e-mail para as profissionais, no período de novembro a dezembro de 2020. Para a referida etapa de coleta de dados, foi levado em conta as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Sociais e Humanas, segundo a Res. 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, em especial no § VII, para o qual a pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito, estão dispensadas da apreciação de Conselho de Ética em Pesquisa (CEP). Para a etapa de análise de dados, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977).

Desta forma, este artigo está dividido em três partes, sendo que a primeira traz uma breve apresentação do Serviço Social e da questão social com base em aspectos sócio-históricos e ético-políticos; A segunda, apresenta de maneira geral os processos de trabalho dos/as assistentes sociais e a população em situação de rua; E a terceira e última parte trata os resultados referentes aos processos de trabalho, a população em situação de rua e a materialização do Projeto Ético-Político na região do Vale do Ivaí.

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E ÉTICO-POLÍTICOS

Durante o período da industrialização no Brasil, no começo do século XX, questões mal resolvidas de séculos anteriores ficaram aparentes, como a impossibilidade de manutenção da sobrevivência dos escravos libertos no final do século XIX e a apropriação desigual da terra (SILVA, 1980), as quais refletiram na enorme disparidade presente nas

⁴ Duas das assistentes sociais participantes da pesquisa trabalhavam em um mesmo CREAS e responderam o questionário em conjunto. Dessa forma, foram identificadas em suas falas como "Participante 4a" ou "Participante 4b", ou "Participantes 4" quando a elaboração da resposta tiver sido feita em conjunto.

condições de vida de grandes parcelas da população. Em especial a classe trabalhadora na época, tais condições eram extremamente precárias e para além disso, existia ainda uma parcela da população composta por trabalhadores sobrantes, que viviam em condições ainda mais degradantes, como exposto por lamamoto e Carvalho (2000).

Dessa conjuntura, irrompe o pauperismo definido por Netto (2001, p. 43) como “pobreza acentuada e generalizada” que para a classe trabalhadora se expressava, de acordo com lamamoto e Carvalho (2000) nas más condições de saúde, habitação e também nos acidentes de trabalho, que transformavam a rotina dos trabalhadores em um cotidiano de sofrimento e luta pela sobrevivência.

Para Netto (2001), a expressão “questão social” está diretamente ligada ao pauperismo, tendo a ver com seus desdobramentos sócio-políticos no decorrer do século XX. Neste contexto, a questão social recebeu tratamentos diversos, entre eles os de cunho repressivo, controlador e paternalista, como expõe Abramides (2016), isso tudo por parte do Estado e das instituições responsáveis por lidar com seus desdobramentos.

Durante o início do século XX, segundo lamamoto e Carvalho (2000), as más condições de vida e trabalho da classe trabalhadora fizeram com que esta iniciasse uma luta defensiva, que deixou em estado de alerta a burguesia, fazendo com que medidas de contenção fossem tomadas, para que não fossem “desestruturados” seus valores morais, religiosos e a ordem pública, impondo assim a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho, sendo que essa preocupação da elite burguesa é que ocasiona a implantação do Serviço Social, que conforme apontam os autores, se caracterizará como uma imposição.

O Serviço Social deixa de se orientar pelo conservadorismo católico e passa a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano “e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista” (YAZBEK, 2009b, p. 9), de modo que a ruptura com essas bases se dará no contexto de ditadura militar e do Movimento de Reconceituação na América Latina, onde a influência da Igreja Católica começa a perder força, pois, se inicia o processo de modernização da profissão.

Esse processo de renovação do Serviço Social, iniciado na segunda metade da década de 1960, apresentou três (3) tendências apontadas por Abramides (2016, p. 460) sendo: 1) A tendência modernizadora; 2) A reatualização do conservadorismo; e 3) A intenção de ruptura com o conservadorismo, hegemônica a partir de 1979, por meio da

realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, denominado de Congresso da Virada.

A partir disso, se iniciou um novo período para o Serviço Social, a década de 1980, na qual se dá continuidade ao processo de construção de um projeto profissional, hoje hegemônico⁵ e norteado pelo Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993), pela Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8662/1993) e pela Lei de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996).

Após esse longo processo em que se pretendia romper com o conservadorismo, buscando novas formas de analisar e intervir na realidade com bases teóricas consistentes e coadunáveis à nova direção que o Serviço Social se propunha a seguir, numa perspectiva crítica e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Por este prisma, a questão social passa a ser interpretada de uma outra perspectiva, que não mais aquela instituída pela igreja de "caráter conservador, individualista, psicologizante e moralizador" (YAZBEK, 2009, p. 8).

Assim, a questão social passa a ser reconhecida pelo Serviço Social como consequência das contradições da sociedade capitalista que, como afirma Iamamoto (2015) ocorre em decorrência da exploração de uma classe sobre outra e a ampliação da atividade coletiva em detrimento da sua apropriação cada vez mais privada, que acirram as desigualdades sociais que são entendidas como expressões da questão social. A autora refere ainda que, a questão social tem também outra face: a face em que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2015, p. 28). Essa produção de rebeldia, aliada aos processos de exploração da classe trabalhadora, conduz às disputas entre os "projetos societários", os quais segundo Netto (2018, 2-3) são projetos coletivos, que peculiarmente se constituem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade.

Para além desses projetos, existem também os projetos profissionais que ainda segundo Netto (2018), são construídos por um sujeito coletivo, podendo ser este o corpo

⁵ Algumas ameaças estão colocadas a esse Projeto Profissional, com mais afinco na atualidade, como a redefinição do papel do Estado, o desmantelamento das Universidades Públicas, o acirramento da precarização das Políticas Públicas, o revigoramento das reações conservadoras, a perseguição as minorias, entre outras.

ou categoria profissional, que deve ser pensado com base em todo o conjunto de membros que dão efetividade a profissão. O autor explica que,

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2018, p. 4).

A partir dessa explanação, pode-se compreender o projeto profissional do Serviço Social, o qual se constitui, conforme Teixeira e Braz (2009), com base na explicitação de princípios e valores ético-políticos, numa matriz teórico-metodológica a qual se fundamenta, na crítica radical à ordem social vigente e pelas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira e, em especial, como os movimentos sociais.

Partilhando do pensamento de Netto (2018), o projeto profissional do Serviço Social teve no enfraquecimento e distensão da ditadura na década de 1980, a primeira condição para que se construísse um novo projeto profissional, na qual segmentos da categoria se vincularam ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, instauraram na profissão o pluralismo político que redimensionou a categoria profissional, e também a inseriu no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros.

Esse projeto profissional enfrenta alguns desafios cotidianos em decorrência do seu caráter emancipatório que se opõe a ideologia neoliberal, na medida em que tal ideologia tensiona a vida social a uma direção oposta a direção social evidenciada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Esta direção, estando pautada em valores conservadores, juízos meritocráticos e moralizantes e, fazendo uso de meios de comunicação como “o rádio, a televisão, a internet e revistas de grande circulação, falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a ‘questão social’, incita o apoio da população a práticas fascistas [...]” (BARROCO, 2011, p. 208), práticas essas totalmente contrárias aos princípios e valores que fundamentam o

Projeto Ético-Político do Serviço Social e, conseqüentemente, a direção que orienta a profissão.

Ademais, Barroco (2011) ressalta que devido a isso, se faz necessário que o/a assistente social esteja capacitado para realizar o enfrentamento dessas práticas, visando não reproduzi-las. Também salienta que:

Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária (BARROCO, 2011, p. 214).

Dessa forma fica evidente que o Serviço Social se orienta por meio dos princípios e valores que fundamentam seu Projeto Ético-Político, se opondo a ideologia dominante que tem interesses contrários aos que orientam a profissão e que devem ser combatidos pelo conjunto da categoria profissional, fortalecendo a busca pela emancipação humana e a garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Neste sentido, a direção social da profissão expressa no Projeto Ético-Político profissional evidencia o seu forte posicionamento em favor da defesa da classe trabalhadora. Esse posicionamento pode ser visualizado nitidamente nos princípios fundamentais do Código de Ética do/a assistente social, como no princípio da liberdade, onde essa é reconhecida como valor ético central; A defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, que tem sido cada vez mais violados, como consequência do avanço do conservadorismo; A não-discriminação por inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Esse projeto profissional, declara a busca por uma sociedade profundamente democrática, visando a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, bem como a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Assume ainda o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual continuado, na perspectiva da competência profissional que ultrapassa as exigências burocráticas e administrativas que necessitam ser cumpridas

“obedecendo a formas de ação pré-traçadas, que devem ser apenas executadas com eficácia” (IAMAMOTO, 2009, p. 2).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social que veio sendo construído coletivamente ao longo dos últimos 50 anos, é tido como uma “renovada semente de esperança na luta contra todas as formas de exploração e opressão que intensificam a barbárie” (BOSCHETTI, 2017, p. 62), pois, por estar ancorado nesses princípios que se posicionam a favor da classe trabalhadora, apontam para uma direção segura no enfrentamento dos desafios existentes no percurso. Esse projeto:

[...] aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (NETTO, 2018, p. 19).

O projeto profissional do Serviço Social, o qual vamos adensar na sequência deste artigo, está vinculado a um projeto societário que, de acordo com Netto (2018) propõe a construção de uma nova ordem social, em que não haja exploração/dominação de classe, etnia e gênero, de modo que essa se volte à “defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO VALE DO IVAÍ/PR

Os processos de trabalho dos/as assistentes sociais se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação capitalista, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza (IAMAMOTO, 2015). Tais exigências se diferem em todos os contextos em que se desenvolve o trabalho do/a assistente social, pois como trata lamamoto (2009) não existe um único processo de trabalho do Serviço Social, existe um trabalho do/a assistente social e processos de trabalho desenvolvidos por esse profissional na condição de trabalhador especializado.

A matéria prima do trabalho do/a assistente social, encontra-se no âmbito da questão social e em suas múltiplas manifestações (IAMAMOTO, 2015). Para atuar sobre ela, faz-se necessário que se conheça a realidade, para que assim seja possível dar conta das

particularidades das múltiplas expressões da questão social, pois a partir disso se torna possível “explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações cotidianas” (IAMAMOTO, 2015, p. 62).

Dessa forma, analisaremos a seguir a realidade da população em situação de rua de maneira geral, no Brasil, conforme dados oficiais disponíveis e na região do Vale do Ivaí, com base nos atendimentos realizados pelas profissionais pesquisadas junto aos CREAS, relacionado essa realidade com a análise da materialização de alguns dos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO VALE DO IVAÍ: O QUE SABEMOS?

O processo desigual de urbanização brasileiro resultou na falta de alternativas habitacionais devido a junção de alguns fatores, tais como a baixa renda das famílias, a apropriação especulativa das terras urbanizadas e a inadequação das políticas de habitação, que levaram parcelas significativas da população a viver em assentamentos precários e informais (BRASIL, 2009c).

Um estudo realizado sobre os Meninos e Meninas de Rua no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 (NETO; SOUZA; ASSIS, 1993), demonstra que em algumas regiões do país o êxodo rural assumia papel importante na explicação do aumento da pobreza e da miséria mais acentuado em algumas regiões do que em outras. Devido ao processo de exclusão do qual eram vítimas, essas famílias não encontravam condições mínimas de trabalho, de moradia e de reprodução, nem no campo e nem na cidade.

Este estudo apontou ainda que naquela época havia poucos trabalhos que analisavam as condições de moradia dessas famílias, e geralmente, as crianças eram os sujeitos pesquisados. Essa atenção voltada para essas crianças em situação de rua deu origem ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), de modo que uma das características da realidade desses meninos e meninas de rua é a exclusão social “que privilegia com equipamentos urbanos e direitos, apenas uma parcela da população”. À outra parcela, imensamente maior do que a primeira, só lhe cabe a sofrida luta pela sobrevivência.” (PRADO; GOMES, 1990, p. 97 apud MINAYO, 1990, p. 288-9).

Na contemporaneidade, a população em situação de rua é partícipe desse processo

de exclusão social. Recentemente, segundo o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estes sujeitos são caracterizados como:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, paginação irregular).

No período entre 2007 e 2008, foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b), em resposta às demandas dos movimentos sociais, associações e Organizações da Sociedade Civil (OSC's)⁶ que atuavam com essa população.

A pesquisa foi realizada em 71 cidades brasileiras, sendo 48 delas com população superior à 300 mil habitantes, e 23 capitais, portanto, somente em municípios de médio e grande porte.

A partir dos dados levantados constatou-se que 31,9 mil pessoas, maiores de dezoito anos, estavam em situação de rua, no período de 2007 e 2008. A pesquisa revelou ainda que 82% do total de pessoas pesquisadas eram homens e 67% deles, negros, dado que já se observava na pesquisa sobre meninos e meninas de rua nas décadas de 1970 e 1980 (NETO; SOUZA; ASSIS, 1993) que, em relação a cor 83% das famílias pesquisadas eram negras ou descendentes da etnia, mantendo-se predominantemente essa cor nas diferentes regiões em que a pesquisa foi realizada.

Dos entrevistados no período de 2007 a 2008, 70,9% exerciam alguma atividade remunerada, sendo essas em sua maioria atividades informais; quase 90% das pessoas em situação de rua entrevistadas nessa época, relatavam não receber nenhum benefício governamental; e 76,1% eram originárias dos próprios municípios e/ou de municípios próximos ao que se encontravam no momento de realização da pesquisa.

Essa pesquisa é a única que abarca a nível nacional a contagem e caracterização da população em situação de rua permitindo conhecer sua realidade no país, assim como os

⁶ A expressão Organização Não-Governamental (ONG) passa a ser substituída pela expressão Organizações da Sociedade Civil (OSC), segundo o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei nº 13.019/2014.

perfis, as condições de vida, os direitos, entre outros fatores. Os dados nacionais mais recentes sobre a população em situação de rua foram disponibilizados por meio de Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base em uma estimativa feita entre setembro de 2012 a março de 2020⁷.

Os municípios analisados, por meio de tal levantamento realizado com base em compilação de dados oficiais, contém 84% da população total brasileira (IPEA, 2020, p. 8), de forma que essa se constitui como a primeira pesquisa a nível nacional que inclui na contagem de pessoas em situação de rua, os municípios de pequeno porte.

O estudo aponta que em março de 2020 o número de pessoas em situação de rua no Brasil era de 221.869, e considera o período de averiguação da evolução do fenômeno, como um momento de calamidade pública, se constituindo em uma importante base de análise.

Os dados sobre as pessoas em situação de rua por porte populacional, a partir da literatura oficial, demonstram que o fenômeno se concentra nos grandes municípios e nas metrópoles, tendo esses também as maiores taxas de crescimento. Contudo, a soma do número de pessoas em situação de rua nos municípios de pequeno porte I e II em março de 2020, representa 11,55% do total desta população no país, o que denota a necessidade de serem pensadas políticas públicas adequadas a esses territórios. É fundamental atentar-se para esses municípios, que são correspondentes à realidade do Vale do Ivaí. Nestes, a população em situação de rua cresceu no período de setembro de 2012 a março de 2020, 93% e 83% respectivamente, o que demonstra a necessidade de conhecer quais políticas públicas essa população tem tido acesso, quais serviços têm acessado e em que medida seus direitos têm sido garantidos.

A partir disso, os dados expostos na sequência se centrarão na relação entre a metodologia de análise, portanto a "realidade pensada" com o contexto dos processos de trabalho do/a assistente social junto à população em situação de rua, ou seja, a "realidade vivida".

No que diz respeito aos processos de trabalho das assistentes sociais dos CREAS da Região do Vale do Ivaí no atendimento à população em situação de rua, são identificadas

⁷ Nota técnica disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812 Acesso em: 17 out. 2020.

como as principais demandas: a solicitação de benefícios eventuais de vulnerabilidade temporária, como alimentação, itens básicos de higiene, local para banho, cobertores, roupas e transporte. Esses benefícios objetivam enfrentar contingências sociais, têm caráter transitório, e visam responder as necessidades imediatas, decorrentes de situações adversas que fogem do controle dos indivíduos que as vivenciam.

Para além dos benefícios eventuais, há também a solicitação de busca por familiares, que deve ser realizada a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Aparecem ainda em menor número a demanda de transferência de renda, local para dormir e encaminhamentos para a saúde mental.

Iamamoto (2015) relata que as questões relacionadas a pobreza, habitação popular, entre outras, serão abordadas pelo/a assistente social por meio de recortes, que vão auxiliar na delimitação do "campo" ou objeto do trabalho desse profissional no contexto da questão social. Dessa forma, é a partir do registro e diagnóstico dessas demandas, que se torna possível que os/as assistentes sociais atuem sobre a realidade dos sujeitos em situação de rua, buscando atender as demandas identificadas.

Os instrumentos de trabalho mais utilizados por essas profissionais no atendimento à população em situação de rua são: a entrevista (LEWGOY E SILVEIRA, 2007), a orientação (MIOTO, 2009), os encaminhamentos, realizados em sua maioria para o CRAS e para a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a elaboração de documentação técnica, que permite a sistematização do trabalho profissional (ALMEIDA, 2018). No atendimento à população em situação de rua são usados com maior frequência os registros de atendimento, os relatórios de acompanhamento, seguidos em menor número de estudo e parecer social.

Com base nesses instrumentos de trabalho, é possível que o/a assistente social conheça e compreenda a realidade das pessoas em situação de rua, haja vista que é por meio desse conhecimento que serão estabelecidas as formas de melhor atender as demandas expressas pelos sujeitos, dentro de uma perspectiva de totalidade e integralidade que busque atender para além das demandas explícitas, também as latentes, que constituem as múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015).

No que diz respeito aos direitos acessados pela população em situação de rua, aqui entendidos como produtos do trabalho do/a assistente social, destacam-se: o acesso aos benefícios eventuais, o fortalecimento de vínculos familiares e/ou institucionais, a inserção em programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e Benefício de

Prestação Continuada (BPC), assim como demais programas e projetos municipais, e o acesso à saúde.

Isso demonstra que, como exposto por Iamamoto (2015), para além do acesso a produtos materiais como a renda e os benefícios eventuais que podem se materializar em pecúnia, alimentos, passagens de transporte rodoviário, segunda via de documentação, entre outras, o trabalho das assistentes sociais tem resultado também em produtos imateriais como: o fortalecimento dos vínculos institucionais, familiares e comunitários, a viabilização do acesso à saúde e a inserção em programas e projetos que, por meio da informação e orientação, visam proporcionar novos conhecimentos e compreensões que promoverão mudanças na vida dos sujeitos que vivenciam a situação de rua.

Durante os contatos iniciais com as assistentes sociais das instituições, quatro das profissionais relataram a não realização de atendimentos à população em situação de rua no equipamento do município em que atuavam. Mesmo esse expressivo número de profissionais relatando a inexistência de atendimentos a esse segmento, a realidade denota a necessidade de ter um olhar atento para a questão da população em situação de rua no Vale do Ivaí.

De acordo com os dados das demais participantes da pesquisa, sendo estas cinco profissionais dos CREAS as quais contam com registros de atendimento as pessoas em situação de rua, são realizados em média de 80 a 90 atendimentos a esses sujeitos, em um período de um ano. Ou seja, mais da metade dos municípios estudados, apresentam a demanda de atendimentos a população em situação de rua.

No que se refere as características dessa população no Vale do Ivaí, observou-se que o gênero majoritariamente atendido pelos CREAS foi o masculino, representando a totalidade dos questionários analisados. Enquanto a raça/cor, foi a de pessoas pardas, seguida de pessoas pretas, e de uma minoria branca. Esses dados estão de acordo com os dados trazidos pela literatura oficial referente as características da população em situação de rua no Brasil (BRASIL, 2009), onde do total de 31,9 mil pessoas, 82% eram homens e 67% deles negros, somados pardos e pretos.

No que se refere aos benefícios mais acessados por essa população, verificou-se que nos municípios analisados a maioria dos usuários atendidos possuem benefícios de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como, outros benefícios eventuais.

Os acessos aos benefícios de transferência de renda demonstram que a realidade das pessoas em situação de rua no Vale do Ivaí, difere-se dos dados observados na pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada entre os anos de 2007 e 2008, pois, 90% dos entrevistados afirmavam não receber nenhum benefício, enquanto 2% tinham acesso ao Bolsa Família e 1% ao BPC, o que indica avanços no acesso aos benefícios no decorrer dos anos na realidade dos municípios do território pesquisado.

As principais fontes geradoras de renda em sua maioria, advém de "bicos" como pedintes de dinheiro, mas aparecem também os programas de transferência de renda, citados anteriormente, assim como trabalhos esporádicos e pedintes de alimentos. Inicialmente, pode-se aferir que, embora haja o acesso aos programas de transferência de renda, aparecendo, como a principal fonte de renda, o fato de obter dados sobre as situações de pessoas que se encontram em situação de rua nas condições de pedintes de dinheiro e alimentos, bem como realizando trabalhos esporádicos, deflagra a fragilidade das políticas públicas e de tais programas em cumprir a sua função de segurança de renda.

A população em situação de rua no território do Vale do Ivaí é, em sua maioria, originária do próprio município pelo qual é atendida pelo CREAS, e em menor parcela de outras regiões do Paraná e de outros estados e/ou países, o que coincide com os dados referentes ao local de origem dessa população a partir da literatura oficial, reafirmando o exposto de que essa população não é migrante (BRASIL, 2009b).

A fala de uma das profissionais pesquisadas com relação a esse dado, apresenta a passagem de "trecheiros" pelo município em que atua:

Não temos população em situação de rua fixada no território [...]. Temos muitas pessoas que passam pelo município e que se intitulam trecheiros, inclusive, eles não gostam da denominação - morador de rua, pessoa em situação de rua (PARTICIPANTE 1).

Esse relato demonstra a presença desses sujeitos também nos municípios de pequeno porte, uma vez que essa foi registrada em porcentagem expressiva nas cidades pesquisadas no primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua (BRASIL, 2009).

As pessoas em situação de rua no Vale do Ivaí têm acessado os serviços do CREAS recorrentemente por encaminhamentos de outros serviços socioassistenciais, o que indica que a rede de serviços socioassistenciais tem cumprido o inciso II do artigo 4º da LOAS

(BRASIL, 2011), que define como princípio pelo qual se rege a assistência social a “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” visando a garantia do atendimento pelas políticas públicas as quais o usuário necessitar.

Há também registro de encaminhamentos de outras políticas públicas e órgãos do sistema de garantia de direitos e em menor número por demanda espontânea, o que pode indicar um baixo alcance da divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais oferecidos pela instituição.

Os serviços mais acessados nos municípios são CRAS e CREAS, Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Esse dado nos leva a refletir a inexistência do acesso da população em situação de rua a outras Políticas como as de Educação e Habitação, assim como programas de qualificação profissional e/ou inserção no mercado de trabalho fragilizando assim, o aspecto da integralidade da proteção social.

Compreende-se a extrema necessidade e importância das ações prestadas pelas políticas acessadas por esses usuários nos municípios, contudo, devem ser pensadas para além dessas ações, intervenções que visem maior abrangência no atendimento das demais políticas públicas, com base em alternativas que propiciem uma nova realidade, para que haja a garantia do acesso aos direitos de forma integral e permanente. Nesta perspectiva, busca-se a superação dos riscos e vulnerabilidades vivenciados de forma satisfatória e apropriada, e que propicie a criação de uma nova realidade, baseada no acesso integral aos direitos sociais garantidos no art. 6º da Constituição Federal de 1988.

É inegável que nos últimos anos houve avanços no que tange aos direitos da população em situação de rua, mas também que muito ainda precisa ser feito. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) é instrumento chave para que esta população possa tensionar os seus direitos sociais, políticos e civis e para que a sociedade caminhe na direção do conhecimento, respeito e compreensão do fenômeno do qual é originária essa população.

A população em situação de rua sofre inúmeras violências e violações em decorrência da exclusão social que vivencia devido aos preconceitos e estigmas atribuídos a ela e, difundidos pelo senso comum. A não viabilização da assistência as demais áreas da vida das pessoas que vivenciam as consequências desse fenômeno, é também uma violência.

Por isso, devem ser garantidas as condições básicas de sobrevivência dos sujeitos com o enfoque de assegurar a garantia dos direitos numa perspectiva de universalidade, integralidade e equidade, visando não apenas condições mínimas de sobrevivência e o suprimento de necessidades imediatas que permitem ao Estado desresponsabilizar-se da garantia integral das condições de sobrevivência que é direito de todos/as os/as cidadãos/ãs.

MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE DO VALE DO IVAÍ

A fim de compreender a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no atendimento à população em situação de rua, analisou-se alguns dos princípios do Projeto Ético-Político e sua relação com os processos de trabalho das assistentes sociais dos CREAS do Vale do Ivaí, evidenciando em que medida tem havido ou não a materialização de tal projeto no cotidiano do exercício profissional.

Primeiramente, no que diz respeito ao princípio da liberdade, que é elencado como valor ético central pelo Projeto profissional, observou-se como a principal característica para a realização de atendimentos na perspectiva de liberdade dos/as usuários/as em situação de rua, a disposição para conhecer suas trajetórias de vida, a fim de compreender suas particularidades, de compreender o indivíduo em sua totalidade, acolhendo as demandas e possibilidades que estes sujeitos apresentam. Tais características estão expressas no posicionamento das assistentes sociais, conforme salienta a participante "1":

[...] para mim a principal característica para a realização de um atendimento que considera a liberdade da pessoa em situação de rua, é estar disposto a ouvir as demandas do indivíduo, compreendê-lo como uma totalidade, ou seja, uma pessoa que tem direitos, e que inclusive, possui o direito de não querer ser abordado pelos profissionais (PARTICIPANTE 1).

A realidade relatada pelas profissionais indicou que, mesmo em contextos em que há uma tendência para que a população em situação de rua seja atendida numa perspectiva prescritiva, as assistentes sociais consideram a escuta, a apreensão das demandas e as sugestões apresentadas pelos usuários em primeiro lugar, pois entendem como necessidade primordial para um atendimento na perspectiva de liberdade do usuário, a apreensão do

que o sujeito expõe em sua fala, buscando compreendê-lo em sua totalidade e a totalidade que o envolve.

A partir disso, verifica-se que o princípio da liberdade em relação aos/as usuários/as em situação de rua tem se materializado, uma vez que as profissionais demonstraram a busca pela garantia da autonomia desses sujeitos por meio do acolhimento de suas demandas, e da realização de orientações acerca de seus direitos e formas de acessá-los, reconhecendo o também direito de se recusarem a serem atendidos pelos serviços e/ou políticas.

No que concerne aos desafios para resguardar a defesa intransigente dos direitos humanos, foram apresentadas questões relativas aos preconceitos direcionados aos sujeitos em situação de rua, existentes na sociedade e presentes no cotidiano profissional dos CREAS de alguns dos municípios pesquisados.

Esse dado pode ser observado nas falas das profissionais quando expõem que “temos alguns posicionamentos preconceituosos e higienistas, seja por parte dos funcionários, seja por parte da população” (PARTICIPANTE 5); e que:

O maior desafio é enfrentar as forças e interesses opostos inerentes da sociedade de classes, onde a ideologia do capitalismo procura induzir e manipular a todos e levar a crer que conquistas e fracassos são atribuídos exclusivamente aos indivíduos, colocando o mérito como dominante para a condição em que se encontram nas relações sociais e posicionamento em meio a produção capitalista. Nesse sentido, engloba todos os indivíduos como capazes de alcançar os mesmos resultados dependendo de seus esforços pessoais, sem considerar a particularidade dos mesmos e suas trajetórias de vida [...] (PARTICIPANTE 6).

Fez-se presente na fala das profissionais a recorrência de interpretações preconceituosas e meritocráticas que, podendo decorrer da falta de compreensão dos motivos que levam as pessoas a estarem em situação de rua, ou pela compreensão equivocada desses motivos por parte de setores da sociedade. Tal compreensão atribui a condição de vulnerabilidade vivenciada por esses sujeitos um caráter culpabilizador e moralizador das expressões da questão social ao qual estão submetidos, sendo que estas características parecem estar revigoradas no atual período de fortalecimento da ideologia neoliberal, como mostrado por Barroco (2011).

Um outro desafio apresentado pelas profissionais participantes está relacionado à escassez de recursos estruturais e humanos das instituições, que dificulta a oferta de atendimento apropriado, dado o contexto de sucateamento das políticas públicas e que

reflete as contradições entre as lutas da classe trabalhadora e as imposições do capital, descritas por Boschetti (2017).

Como estratégias para a superação desses desafios, as assistentes sociais têm buscado por meio da mobilização de usuários e de outros sujeitos como os/as profissionais das equipes dos CREAS e das redes intersetoriais dos municípios, assim como a articulação com conselheiros/as vinculados ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), entre outros, promover a afirmação dos direitos das pessoas em situação de rua, assim como a desconstrução de preconceitos e o esclarecimento do papel do/a assistente social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no atendimento a esses usuários. De acordo com a fala de uma das profissionais pesquisadas:

A estratégia é juntar forças com demais profissionais e projetos coletivos que visem romper com o senso comum, com o conservadorismo e pragmatismo burguês, que tenham como base ideológica a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual e de plena expansão dos indivíduos sociais, entendendo a liberdade, a democracia, a cidadania, a justiça e a igualdade social, comum a todos sem distinção (PARTICIPANTE 6).

A partir disso, é possível aferir que na realidade do Vale do Ivaí, as profissionais atuantes nos CREAS têm buscado garantir a defesa intransigente dos direitos humanos e que mesmo sendo desafiadas as assistentes sociais têm se esforçado na busca de meios para a superação desses desafios.

Em relação aos desafios institucionais para a realização da prática profissional não discriminatória, verificou-se que, mesmo as profissionais tendo adotado a estratégia de mobilização de outros profissionais que compõem as equipes e as redes intersetoriais dos municípios, ainda há uma grande dificuldade em promover a compreensão acerca dos direitos das pessoas em situação de rua e a desconstrução dos preconceitos existentes com relação a essas pessoas. Uma das profissionais evidencia esse desafio em sua fala o considerando como:

A busca constante de refletir a realidade social, onde a desigualdade social é resultado de um processo social histórico que perpassa o sistema econômico que concentra riquezas para poucos e exclui muitos. É compreender que estamos inseridos em uma sociedade que exclui e discrimina. Um estado que precariza e sucateia os serviços públicos, é buscar atuar na conscientização dos direitos sociais (PARTICIPANTE 2).

Um outro desafio presente no cotidiano profissional diz respeito à falta de compreensão do real papel da PNAS e conseqüentemente do/a assistente social nesta política, considerando que há uma compreensão equivocada de sua função como evidenciam as falas das profissionais:

Há dificuldades com relação ao papel do CREAS e do profissional de Serviço Social, muitas vezes as pessoas consideram que é nosso papel 'tirar a pessoa da rua' a qualquer custo, no sentido de termos uma atitude 'policialesca'; espera-se uma 'limpeza' dos locais públicos, mesmo que não usem esses termos. Há uma visão muito preconceituosa que acaba travestindo a forma como as demandas chegam até nós, sendo necessário um trabalho constante de desconstrução dessas visões e posicionamentos (PARTICIPANTE 5).

[...] um desafio é a desconstrução do senso comum que estava impregnado nas relações institucionais, além das práticas de policiamento da vida dos usuários em situação de rua, cito aqui o meu questionamento e recusa em desempenhar o protocolo (informal) para a viabilização de uma passagem, que consistia em fazer uma busca sobre a existência de algum processo criminal, não é papel da Política de Assistência Social fazer esse processo de investigação, nós não somos um braço da segurança pública (PARTICIPANTE 1).

Analisando a busca pela desconstrução do conservadorismo que reverbera na profissão e a recusa em atender a essas requisições nas falas aqui expostas, é possível perceber o empenho das profissionais pesquisadas e o direcionamento de suas ações profissionais na luta pela eliminação das formas de preconceito. Neste sentido, opoñdo-se ao exercício profissional pautado em ações de caráter preconceituoso e coercitivo que constituem o discurso dominante.

No que se refere ao aspecto do aprofundamento da democracia, as assistentes sociais pesquisadas afirmam que por meio da acolhida, entrevista social com questionário aberto e do diálogo fomentado pelos profissionais, tem sido possível que os usuários em situação de rua expressem suas demandas e pontos de vista, como se pode notar na fala das assistentes sociais:

A partir de acolhida humanizada e respeitosa, com prática profissional ética, não discriminatória, comprometida, considerando os ciclos de vida e as necessidades individuais e coletivas, sem julgamentos tendenciosos sobre seus estilos de vida e escolhas (PARTICIPANTE 6).

Busca-se realizar a abordagem social com a população de rua, para conhecer a demanda apresentada, onde orientamos sobre os serviços ofertados pelo equipamento CREAS e o convite desses para conhecer o equipamento para alimentação, higiene pessoal e atendimentos. Realiza-se a entrevista social questionário aberto para que os mesmos possam expressar suas demandas e necessidades, para assim realizar os encaminhamentos necessários (PARTICIPANTE 2).

Por meio dessas formas de estímulo a participação dos usuários nas decisões que lhes dizem respeito, é que se torna possível conhecer as demandas desses sujeitos, as quais segundo a Participante 4b, são “acolhidas, discutidas, analisadas e avaliadas para a proposição da melhor forma de intervenção.”

Dessa forma, pode-se considerar que na realidade do Vale do Ivaí, o atendimento à população em situação de rua tem sido realizado de forma democrática, tendo em vista que há o incentivo para a participação desses sujeitos.

No tocante ao tensionamento para a qualidade dos serviços prestados, as profissionais pesquisadas apontaram a importância do constante aperfeiçoamento intelectual e da necessidade de avaliação conjuntural considerando que,

No cotidiano profissional é desafiador o processo de garantia do acesso aos direitos sociais com plena efetividade, porém essa é uma busca constante no exercício profissional, visto que o compromisso com a qualidade dos serviços prestados é um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional [...] e para que se cumpra precisamos sempre buscar o aperfeiçoamento intelectual a fim de não deixar-se cair nas ciladas do trabalho tecnicista, burocrático e mercantil, que busca apenas executar o serviço, sem refletir criticamente sobre as ações. [...] é necessário avaliar que a atual conjuntura política interfere diretamente na atuação profissional, diante do avanço neoliberal, tanto na forma da formulação e execução das políticas sociais nas quais os assistentes sociais atuam, redefinindo os processos de trabalho, quanto no tensionamento no processo de defesa dos direitos sociais (PARTICIPANTES 4).

Isso revela nos processos de trabalho o exposto por lamamoto (2009), quando diz que o compromisso com a qualidade dos serviços prestados necessita de aprimoramento intelectual constante, já que a atuação profissional deve se orientar por uma competência crítica que seja capaz de desvendar fundamentos conservantistas e tecnocráticos. Tais fundamentos estão ligados as competências burocráticas exigidas pelos empregadores, sendo que essas competências podem ser mais ou menos explícitas a depender do contexto em que se manifestam.

As profissionais consideram também o domínio das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa como meio de buscar garantir a qualidade dos serviços prestados, fazendo isso através da análise crítica das situações apresentadas e da aplicação adequada das técnicas e procedimentos necessários para a transformação da realidade vivenciada pelos sujeitos em situação de rua, como constata-se na fala das profissionais pesquisadas:

Realizando escuta qualificada e utilizar da dimensão investigativa na prática profissional para desvelar possibilidades de conhecer para intervir e dar respostas efetivas (PARTICIPANTE 6).

[...] sistematização e o diagnóstico são fundamentais para o estabelecimento de metas e objetivo necessários para a qualificação do serviço, e consecutivamente, do atendimento (PARTICIPANTE 1).

Sempre com base no conhecimento técnico, e principalmente prático pois exerço a profissão há aproximadamente 20 anos e isso nos ajuda no entendimento ao usuário, encaminhamentos, acompanhamentos, etc (PARTICIPANTE 3).

Quanto a isso, podemos retomar lamamoto (2015) que refere que, a dinamicidade dos processos sociohistórico requer uma constante pesquisa de suas expressões concretas e que isso exige a elaboração de propostas de trabalho que sejam favoráveis a realização das mudanças pretendidas. Dessa forma, é possível compreender a importância da relação estabelecida entre o conhecimento técnico e prático e a dimensão investigativa nos processos de trabalho das assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua, onde, por meio do registro dos atendimentos e diagnóstico das demandas dessa população, busca-se garantir a qualidade nos serviços prestados.

A partir destas análises, foi possível observar que, na realidade apresentada pelas assistentes sociais atuantes nos CREAS na região do Vale do Ivaí, tem havido a materialização do Projeto Ético-Político no que se refere ao empenho profissional em defender os interesses e direitos da população em situação de rua no espaço sócio-ocupacional de atuação. Isso se torna evidente ao visualizarmos por meio da fala das profissionais, a compreensão que essas têm dos princípios fundamentais do Projeto Ético-político e de que forma eles têm sido aplicados em seus processos de trabalho.

Essa compreensão e formas de materialização dos princípios aqui discutidos revelam que esses processos de trabalho estão pautados nos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, o que confere a possibilidade de o trabalho do/a assistente social se realizar de forma efetiva e com qualidade, mesmo em meio as contradições que coexistem nos espaços de atuação profissional como a falta de condições apropriadas de trabalho, as condutas autoritárias presentes nesses espaços, entre as demais aqui apresentadas.

Assim, pode-se concluir que o atendimento à população em situação de rua na região do Vale do Ivaí, tem avançado na direção social da profissão, uma vez que evidenciou-se que as assistentes sociais dos CREAS localizados nesse território orientadas

pelos princípios e valores que orientam o Projeto Ético-Político profissional, buscam viabilizar o acesso aos serviços e aos direitos, opondo-se a condutas autoritárias e preconceituosas. Tal direção demonstra o posicionamento em defesa da classe trabalhadora, na busca pela garantia da qualidade dos serviços prestados, em especial, aos sujeitos em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na teoria apresentada e nos relatos das profissionais participantes da pesquisa, foi possível visualizar a corporificação da relação entre a teoria e o trabalho profissional cotidiano do/a assistente social, no atendimento à população em situação de rua, demonstrando a importância da atuação desse profissional na busca pela promoção da autonomia e da garantia do acesso aos direitos desses sujeitos.

Como visto anteriormente, a sistematização dos processos de trabalho do/a assistente social é um elemento essencial e que deve ser preservado, uma vez que é por meio dela que se faz possível diagnosticar as demandas apresentadas pelos sujeitos em situação de rua e planejar as formas de intervenção, assim como formular serviços e benefícios que atendam às necessidades individuais e coletivas dessa população, de forma efetiva e integral.

Estando esse trabalho profissional pautado em princípios e valores que apontam para a defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora, faz-se possível que, mesmo em meio as tensões e interesses opostos que atravessam o cotidiano institucional, haja um tensionamento para o atendimento das demandas dessa classe, por meio do uso da relativa autonomia profissional e da valorização e uso adequado das condições objetivas de trabalho existentes.

É importante reconhecermos que, independentemente da presença da população em situação de rua em grandes centros ou pequenos municípios, há ainda uma grande lacuna de pesquisas que investiguem as condições de vida destes sujeitos.

O número de atendimentos realizados à população em situação de rua no Vale do Ivaí é um dado que chama atenção e que, possivelmente em decorrência da pandemia e/ou de seus desdobramentos, como demonstrado pelo IPEA (2020), em março de 2020 já era possível visualizar um aumento do número de pessoas em situação de rua no Brasil.

Esta realidade, permite vislumbrarmos a necessidade de dar mais atenção a temática, para que a partir da compreensão do fenômeno, tanto nacionalmente, quanto no Vale do Ivaí, sejam pensadas formas de responder as antigas e as novas demandas que podem vir a surgir do/no atual contexto pandêmico.

Os dados e relatos da existência de pessoas vivendo em situação de rua no Brasil e, em especial na região do Vale do Ivaí, traduzem a proposta da Política Nacional de Habitação de universalizar o acesso à moradia digna para todos os cidadãos, entre outros direitos, a uma utopia a ser mirada. Para tal, não há construção de uma nova ordem societária sem o fim da dominação e exploração de classe (CFESS, 1993), não haverá igualdade, e menos ainda, equidade para os cidadãos e cidadãs sem o fim da exclusão social e da desigualdade de acesso aos bens e serviços.

Dessa forma, faz-se necessário que mais direito a voz seja dada as pessoas em situação de rua, que suas demandas continuem sendo acolhidas e atendidas pelo Serviço Social, mas que para além disso, sejam assegurados também meios de acesso ao mercado de trabalho, à moradia digna, à alimentação e à educação de qualidade, à segurança e ao lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da "sistematização da prática" em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 1-10.

AMARO, Sarita. *Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa*. 2 ed. Porto Alegre: Age, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

- BARDIN, Laurence. Organização da análise. *In*: BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977b. p. 95-102.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 mar. 2021.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jul. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 3 mar. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília, DF, 2009b.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília, DF, 2009c.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética profissional do/a assistente social*. 9. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Romeu; PRADO, Adonia Antunes. A rua: institucionalização da exclusão social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. p. 97-116.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. A questão social na década de 1920 e 1930 e as bases para a implantação do serviço social. *In: Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-140

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Nota técnica, n. 73, jun. 2020. Brasília, DF, IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812. Acesso em: 19 out. 2020.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalba Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. *Revista Textos e Contextos*. Porto alegre, v. 6, n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2017.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 497-512.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In: MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, Grafile; ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NETO, Otávio Cruz; SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves de. Rede familiar: a reconstrução pela desconstrução. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. p. 65-96.

SILVA, José Graziano da. A herança histórica. *In: O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 20-28.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-200.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-142.

----- Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 165-184.